

Extração de nióbio em reserva preocupa Ibama

CPRM anunciará em outubro nome do vencedor da licitação para explorar o minério no Parque Nacional do Pico da Neblina

Domingos Peixoto

Chico Otavio

• A extração de nióbio ameaça um santuário ecológico. Em outubro, a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM) anunciará o vencedor da licitação para explorar a maior reserva de nióbio do país, estimada em 84 milhões de toneladas. Mas ela está sob o Parque Nacional do Pico da Neblina, na selva amazônica, um dos maiores complexos biológicos do planeta.

O que vai acontecer quando as máquinas pesadas começarem a chegar ao local? A dúvida inquieta ambientalistas e técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Para eles, a licitação da reserva é uma prova de fogo para o desenvolvimento sustentado. De um lado, a necessidade de preservar. Do outro, a esperança de dias melhores para os moradores de lugarejos onde falta luz e empregos e os índios são destruídos pelo vício do álcool.

Na região, maioria esmagadora da população é de índios

Criado há 18 anos, o parque ocupa um área de 2,2 milhões de hectares e abriga o Pico da Neblina, o ponto mais alto do país, com 3 mil metros de altitude. Protegido da ação humana, o local registra a mais alta taxa de endemismo (ocorrência de espécies) do país. Sua área está distribuída em dois municípios do Alto Rio Negro (São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro), onde a maioria dos moradores tem pele morena, cabelos negros e olhos puxados — 90% da população é constituída por índios.

O depósito de nióbio está justamente num dos recantos mais bonitos do parque, a região de Seis Lagos, a 85 quilômetros de São Gabriel. Chegar lá é uma aventura. Para conhecer o produto oferecido pela CPRM, repre-



A REGIÃO DO PARQUE Nacional do Pico da Neblina: santuário ecológico e depositária da maior reserva de nióbio do país, estimada em 84 milhões de toneladas

sentantes das mineradoras andaram duas horas e vinte minutos de avião de Manaus a São Gabriel, duas horas de carro, duas de barco e mais três a pé, até o ponto exato da reserva.

Mandaram representantes ao local as empresas CBMM, Minarco Brasil, SR Participações, RTZ, Geos e Companhia Industrial Fluminense. Elas disputam uma concorrência atípica: o preço da

transferência dos direitos foi fixado em apenas R\$ 600 mil. Vencerá a corrida quem oferecer à CPRM o melhor percentual de *royalties* pela exploração do minério. O valor mínimo é de 3%.

O nióbio é um mineral de alta resistência, usado na fabricação de ligas para turbinas e equipamentos da indústria aeroespacial. O Brasil, que já é líder mundial na produção do minério, vai

consolidar a posição depois de Seis Lagos. Para os ecologistas, contudo, mais importante é o que está sobre o depósito de minério. Embora prometam não criar obstáculos, eles pretendem acompanhar todo o processo.

— Com certeza, eles vão ter dor de cabeça conosco. O Parque do Pico da Neblina é uma unidade de conservação de uso restrito. Para retirar minério de lá, só mu-

dando a legislação — diz o secretário-executivo do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Fábio Vaz de Lima, que comanda uma rede de 555 ONGs da Amazônia.

O olhar atento dos ambientalistas não perturba o presidente da CPRM, Carlos Oiti Berbert. Ele garante que a reserva não está sendo vendida pela companhia. A licitação vai apontar apenas quem terá o direito de pesquisa na área.

Para explorar o nióbio, o vencedor terá que esperar mais um ano e requerer o direito de lavra ao Departamento Nacional de Pesquisas Minerais (DNPM), que é, como a CPRM, vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

— Não podemos confundir garimpagem com mineração, que é uma atividade controlada e organizada. A reserva continuará pertencendo à União, que pode cancelar o direito à lavra se julgar que a legislação não está sendo respeitada — diz Berbert.

Ibama garante que exigirá cumprimento da legislação

Fiscalização é o que não vai faltar, promete o chefe do Núcleo do Ibama para o Alto Rio Negro, Ângelo de Lima. Segundo ele, assim que for encerrada a concorrência, o instituto vai cobrar o relatório de impacto ambiental e o plano de recuperação de áreas degradadas, duas exigências para a atividade mineradora em área de conservação ambiental.

— O Ibama vai agir, cobrando o que a legislação pede — alerta.

A vigilância de ecologistas e do Ibama assusta os investidores. Um deles, que visitou o local em agosto, confirmou a impressão de que a área tem um inegável potencial. Mas segundo ele, as informações disponíveis não parecem suficientes para o projeto de lavra, requerendo trabalhos de pesquisa complementares.

— E aí que pesam as restrições ambientais e as dificuldades de acesso — disse o investidor.

Mesmo diante da perspectiva de crescimento — 65% dos impostos ficarão em São Gabriel da Cachoeira, que tem 27 mil habitantes e problemas de infra-estrutura — a Prefeitura é cautelosa.

— Nada adianta pensar nos tributos se a mineração puser em risco a vida da floresta — disse o chefe de gabinete do prefeito, o teólogo Elias de Souza. ■